

## 7. O conflito e a infração na narrativa jornalística da corrupção: o caso *BPN* na imprensa portuguesa

Mafalda Lobo

Centro Investigação Media e Jornalismo

### Introdução

A corrupção política tem vindo a generalizar-se nas democracias ocidentais (sobretudo nos países do Sul da Europa) e caracteriza-se por “constituir um abuso de poder em benefício próprio de agentes políticos democraticamente eleitos, situação que pode ocorrer durante ou após o exercício de funções públicas” (Cunha, 2015<sup>a</sup>: 47).

A cobertura jornalística de crimes de corrupção política apresenta um elevado grau de noticiabilidade que confere aos *media* o poder de projetar este tipo de ações/acontecimento para um debate público alargado. Este tipo de crime põe em causa o modelo representativo da democracia, a credibilidade do sistema político democrático, relativamente ao sistema dos partidos políticos e dos seus líderes, ao mesmo tempo que gera nos cidadãos um sentimento de desconfiança e descredibilização face ao modo como são geridos os bens públicos que em nada abona o bom e regular funcionamento das instituições (Della Porta & Meny, 1995; Pujas, 2003). Para além da legitimidade política dos governos que começa a ser posta em causa, ainda se tem verificado que poucas são as medidas tomadas para evitar este tipo de fenómeno (Ackerman, 2002). Neste artigo, procuramos analisar os principais momentos relacionados com o caso de corrupção Banco Português de Negócios (*BPN*) nos jornais *Diário de Notícias* e jornal *Público*, e *Correio da Manhã* ao longo do ano de 2009. Através da análise da narrativa jornalística a 139 peças jornalísticas, é possível (re) compor o “enredo” à volta dos temas, personagens, e das ações e relações entre estas últimas. Do ponto de vista teórico-conceitual, recorreremos aos valores-notícia conflito/controvérsia, desvio/infração (Wolf, 2006; Traquina, 2007), analisando a forma como se enquadram na narrativa jornalística das peças divulgadas na imprensa. Os ilícitos que se transformam em escândalos e os casos de corrupção que envolvem políticos são alvo de atenção por parte dos , porque “no combate pela liderança, onde os *media*, surgem ora como aliados ora como oponentes, os rumores, as suspeições e as denúncias tornam-se matéria-prima facilmente transacionável” (Cunha, 2015b:4). Também a responsabilidade social dos jornalistas enquanto vigilantes – “*watchdog*

*journalism*”, não só do ambiente que envolve a política, mas também como denunciadores dos desvios e das infrações cometidas neste campo, os casos de corrupção e os escândalos a eles associados adquirem valor acrescentado, não só para os oponentes políticos como para os *media* (Thompson, 2002: 40).

### **O escândalo político, o crime de corrupção e o papel dos *media* na denúncia dos casos**

O tema da corrupção tem vindo a marcar a agenda pública nacional e internacional nos últimos anos, constituindo-se como preocupação crescente entre agências internacionais, *think tanks* e formadores de opinião, considerando os efeitos que o fenómeno tem sobre o mercado, a democracia e a sociedade (Filgueiras & Araújo, 2014: 59). Estes fenómenos que adquiriram a dimensão de um problema social, e se tornaram um flagelo social, constituíram-se como tópico de discussão pública, muito devido à lógica de “acesso democrático à informação” que permitiu que temas desta natureza, antes ocultados, emergissem para o espaço público mediático para que a sociedade tomasse consciência deste tipo de problema que as afeta diretamente a vida das pessoas e das instituições (Maia, 2010:14).

Neste sentido, uma das abordagens do conceito da corrupção na literatura é feita numa dimensão mais economicista. Este tipo de abordagem influencia a forma como os cidadãos identificam a corrupção, mais na dimensão do Estado e dos cargos públicos, com consequências para o desenvolvimento económico e para os mercados e para as instituições democráticas (Filgueiras & Araújo, 2014: 63). Samuel Huntington (1975), por exemplo, define a corrupção como o “comportamento de autoridades públicas que se desviam das normas a fim de servir a interesses particulares”. Joseph Nye (1967) considera a corrupção “o comportamento desviante dos deveres formais do cargo público para a obtenção de ganhos pecuniários privados ou ganho de *status*; ou que violem regras contra o exercício de tipos de influência privada” (Filgueiras e Araújo, 2014: 63).

É nesta perspetiva da corrupção que os cidadãos a entendem como um comportamento desviante, e se sentem cada vez mais desmobilizados e desidentificados com os partidos e com as instituições que os representam, tendo-se criado a perceção de que o sistema político não abre espaço para a inclusão dos seus anseios e preocupações (Mesquita et al., 2014: 285). Daí a importância, quando se analisam este tipo de acontecimentos, de perceber até que ponto os mecanismos de *accountability* vertical e horizontal (poder executivo, legislativo e judiciário) funcionam. Na perspetiva da nossa análise, interessa-nos

sobretudo perceber o papel da sociedade civil e dos *media* no exercício da *accountability* social. Espera-se do poder mediático, o dever de “informar, esclarecer e estimular a investigação, avaliação e punição pelo sistema de integridade em torno e práticas ilegais realizadas por políticos e por partidos políticos” (Mesquita et al., 2014: 286).

Associado ao valor-notícia da infração aparece-nos o escândalo. Foram vários os autores que estudaram a prevalência e o significado do escândalo político considerando-o como uma ferramenta de luta política. (e.g. Arlachi, 199; Rose-Ackerman, 1999; Thompson, 2002; Tumber, 2004; Waisbord, 2004; Maia, 2008; Paixão, 2014). O escândalo político mediático é caracterizado por Thompson como “um evento que implica a revelação através da *media* de atividades previamente ocultadas e moralmente desonrosas, cuja revelação desencadeia uma sequência de ocorrências posteriores” (2002:82). De acordo com o autor, a forma repetida como são apresentados os atos que compõe um caso de escândalo, é que geram a desaprovação por parte dos recetores/leitores (2002: 97). Considera que a estrutura sequencial de um escândalo político mediático obedece a quatro fases principais: pré-escândalo; escândalo propriamente dito; o clímax e, por fim as consequências. O clímax ou o desenlace, é o momento chave do acontecimento que interessa mais aos *media*. Nesta fase, são os depoimentos numa comissão parlamentar de inquérito ou as entrevistas coletivas de autoridades para anunciar a etapa final de determinada investigação, os momentos mais relevantes para a cobertura de imprensa (Thompson, 2002:103-106). Thompson identifica ainda várias modalidades de escândalos: “sexuais na esfera política”, “financeiros na esfera política” e “de poder”. O nosso artigo enquadra-se nesta última modalidade. “Escândalos de poder podem envolver transações financeiras ilícitas de vários tipos, mas não são a fonte do escândalo: elas são secundárias, devido às atividades em questão serem transgressões de regras e leis que regulamentam o exercício do poder político”. Este tipo de escândalo revela práticas não visíveis do uso do poder “real ou suposto, até então sido ocultas por detrás dos ambientes públicos em que o poder é exercido” (Thompson, 2002: 240).

Bruno Paixão (2014) apresenta o conceito de escândalo que acompanha os casos de corrupção, tal como foi exposto por Thompson (2002, p.40). Apresenta algumas características: (1) presume-se a infração de valores, normas ou códigos morais; (2) há a possibilidade de a transgressão poder desencadear a desaprovação pública pela afronta aos valores e normas estabelecidos, mesmo dizendo apenas respeito a formalidades rotineiras da vida social; (3) deve surgir, de alguma forma, a manifestação da desaprovação, pois é necessário que os indivíduos se sintam incomodados e escandalizados com a revelação do caso; (4) a revelação de uma transgressão é suscetível de provocar prejuízo à reputação de

um indivíduo; (5) na maior parte dos casos há uma tentativa de segredo ou ocultação dos factos por parte dos sujeitos implicados; (6) para o escândalo ocorrer é indispensável que o assunto transite para o conhecimento público, o que acontece nas sociedades modernas através dos *media*. São estas características que fazem com que os *media* manifestem tanto interesse na sua cobertura. A disputa do “poder simbólico” é travado na arena mediática que legitima e dá suporte ao poder político. Este poder simbólico é conferido ao jornalismo através do papel de fiscalizador do poder e guardião do interesse público. Aos profissionais de jornalismo é-lhes exigido que fiscalizem os governos e denunciem publicamente os seus desvios. As denúncias da corrupção política na arena mediática (Heidenheimer & Johnston, 2002) podem ocorrer em quatro tipos de situações: na competição por cargos políticos, no exercício de cargos públicos, na ação de legislar e governar, bem como após o abandono de cargos de governação, mantendo-se, contudo, determinadas funções político-partidárias, (Cunha, 2015<sup>a</sup>: 4-5).

Neste papel que é atribuído aos *media* enquanto denunciadores da corrupção política, há uma tendência da política mediática se organizar em torno da personalização política. As mensagens veiculadas através do *media* podem afetar positiva ou negativamente os atores, e no caso de um escândalo político, pode afetar a imagem e a reputação dos envolvidos, e ter consequências a nível do comportamento político e eleitoral (Castells, 2009: 332), isto porque, este tipo de acontecimentos noticiados “agregam alto valor noticioso pelas “ruturas” nas expectativas que proporcionam na opinião pública” (Cunha, 2015:50).

Para acentuar esta rutura na opinião pública, Maia (2006, 2008) dá o exemplo de Portugal onde o número de casos de corrupção registados, não têm correspondência com os processos julgados, o que contribui para a perceção negativa que os cidadãos têm da corrupção como um fenómeno ligado à impunidade. É neste sentido que os relatórios do Barómetro da Corrupção da Transparência Internacional apontam para a existência de uma perceção marcada, sobretudo, por um forte sentimento de impunidade e desconfiança (Maia & Borges, 2014:109). Também, pessoas com responsabilidades na gestão de bens públicos admitem esta impunidade. É o caso, por exemplo, de Miguel Cadilhe, ex-Presidente do Grupo SLN/BPN que afirmou “Quando coisas tão graves não têm consequências, há qualquer coisa que não está bem na República em Portugal” (2012).

Os *media* ao divulgarem este tipo de acontecimentos que envolvem práticas ilícitas, para além de cumprirem com as rotinas produtivas ligadas à cobertura jornalística, de que o agendamento (*agenda-setting*) é parte integrante no processo de seleção e visibilidade de uns temas em detrimento de outros (McCombs & Shaw, 1972), servem-se também

de outros mecanismos: o enquadramento (*framing*), ao conferir determinados atributos a um tema; a saliência de alguns aspectos (*priming*) com efeitos cognitivos sobre as audiências, e os valores-notícia.

No processo de construção das notícias (*newsmaking*), que envolve a seleção feita pelos jornalistas (*gatekeepers*) e as organizações, estão presentes vários fatores que influenciam o fluxo de informação, ou seja, são vários os elementos que dão noticiabilidade aos acontecimentos e problemáticas, porque reúnem um conjunto de qualidades (valores-notícia) suscetíveis de se transformarem em notícias.

Focando-nos apenas em alguns valores-notícia, podemos observar que é sobretudo através do conflito ou a controvérsia, desvio ou a infração, que os jornalistas procuram manter a atenção mediática (Traquina, 2007:192-195). Traquina entende o conflito ou a controvérsia como a violência física e simbólica, como uma disputa verbal entre líderes políticos. Por infração, entende a violação, a transgressão de regras. O desvio, quando se definem situações e se catalogam determinadas pessoas e acontecimentos como “desviantes”. Gitlin (1980) enfatiza que as notícias privilegiam o conflito e, ao atacar o desvio os jornalistas apoiam implicitamente as normas e os valores da sociedade (p.15).

**Figura 1.** Categoria valores-notícia de seleção (critérios substantivos) na análise da corrupção

<b>Autores</b>	<b>Valores-notícia (categoria)</b>	<b>Descrição</b>
Traquina (2007: 186-201)	Conflito ou controvérsia	Violência física ou simbólica, como uma disputa verbal entre líderes políticos (...) uma rutura na ordem social.
	Infração	Violação, transgressão de regras ligadas também ao escândalo, desvio (Ex. crime)
Ericson, Baraneck e Chan (1987)	Escândalo	Ligado à Infração corresponde a uma das funções sociais do jornalista como “cão de guarda das instituições democráticas” (Traquina, 2007: 193)
Gitlin (1980: 15)	Conflito	As notícias ao privilegiarem o conflito e, ao atacar o desvio, os profissionais apoiam implicitamente as normas e os valores da sociedade.

**Fonte:** Conceção da autora

Os jornalistas procuram “estórias” que despertem a atenção e que ao mesmo tempo contribuam para transmitir uma dada imagem da realidade social ao público leitor

(Traquina, 2007: 67). Nesse sentido, determinam as nossas percepções sobre factos, valores e normas da sociedade, levando à formação de opiniões.

Pela incorporação de alguns valores-notícia na divulgação de notícias sobre corrupção, percebemos a forma como este tipo de crime se torna noticiável (*newsworthy*) e têm influência sobre a opinião pública. A problemática da corrupção, embora não seja nova nem recente, tem vindo a ganhar uma maior atenção mediática que, segundo Maia (2010), deriva de uma nova dinâmica de divulgação da informação, outrora inexistente, e que tem vindo a ocupar um lugar central no discurso da sociedade portuguesa (p.14).

À medida que os assuntos e temas ligados aos casos da corrupção e escândalos políticos vão evoluindo nos *media*, as histórias narradas ganham novos “impulsos” e significações adquirindo um estatuto de intriga, de (in) verdades, denúncias, jogos, lutas entre atores, como se de uma trama policial se tratasse. Mas, também podem assumir uma narrativa que atraia os leitores pelo seu carácter lúdico e de entretenimento (Lull & Hinerman, 1999). Podem ainda ser histórias dramáticas comparadas a dramas morais ou histórias moralistas (“*morality tales*”) que transmitam uma moral ou dêem uma lição de moral, que se manifesta através da representação simbólica que surge das suas personagens, dos seus argumentos, dos juízos de valor e dos termos empregues, as generalizações, os debates existentes e as conexões temáticas (Canel & Sanders, 2006). Giglioli (1996) indica que a apresentação das personagens como vítimas ou vilões respeita fielmente a estrutura formal e o conteúdo temático da narrativa popular. Para Thompson a narrativa é “um discurso que narra uma sequência de acontecimentos ou conta uma história”. Na análise da narrativa é preciso considerar todos os elementos que a constituem: personagens, enredo, pontos de vista (*turn points*), sequências, núcleos temáticos relacionados etc.

### **Os valores-notícia e a noticiabilidade dos escândalos e da corrupção política**

Os *media* refletem e/ou constroem a realidade. Os conteúdos noticiosos resultam de escolhas simbólicas e profissionalmente convencionadas, o que faz com que a informação nos surja como uma realidade representada, ou seja, socialmente construída e/ou reconstruída. Os *media*, neste caso a imprensa, não somente divulgam os acontecimentos como também constroem e interpretam os factos. Para afirmar as suas escolhas, os jornalistas utilizam estratégias comunicativas e/ou discursivas específicas.

Os critérios de noticiabilidade (e.g. Galtung & Ruge, 1965; Tuchman, 1977; Golding & Elliot, 1979; Graber, 1985; Schulz, 1990; Fuller, 1996; Gans, 2005; Wolf, 2006; Traquina, 2007) são um conjunto de elementos através dos quais os *media* gerem

os acontecimentos, de modo a selecionarem os que entram na rede de noticiabilidade, ou seja, é o procedimento que leva os profissionais do jornalismo à seleção daqueles que apresentam uma maior probabilidade de atrair a atenção do público, e por isso, mais passíveis de serem transformados em notícia. Este mecanismo de seleção não funciona como uma regra conscientemente formulada e deliberadamente aplicada, mas como um consenso profissional tácito que afeta os julgamentos de um jornalista mesmo quando ele não está consciente nem explicitamente a par da sua presença (Meyer & Hinchman, 2008: 57).

Todas as formas de comunicação de massa passam pelos mesmos sistemas de filtragem no que diz respeito ao modo como são selecionados os acontecimentos e enfatizados alguns dos seus aspetos. De entre um conjunto de acontecimentos que diariamente ocorrem, e mediante critérios de noticiabilidade ou de relevância, encontramos associados os valores-notícias que constituem a resposta à pergunta: *quais são os acontecimentos considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias?* Os valores-notícia representam neste sentido, as qualidades dos acontecimentos, cuja presença ou ausência os recomenda para serem incluídos num produto informativo (Wolf, 2006: 196) valorizando-se a importância da cultura profissional dos jornalistas, a organização do trabalho e as suas práticas rotineiras do processo produtivo. Derivam ainda de pressupostos implícitos ou de considerações relativas: a) às características substantivas das notícias; ao seu conteúdo, b) à disponibilidade do material e aos critérios relativos ao produto informativo, c) ao público (a imagem que os jornalistas têm acerca dos destinatários) e d) à concorrência (estabelece as relações entre os *mass media* existentes no mercado informativo).

Ao citar vários estudos de sociólogos da comunicação (e.g. Schlesinger, 1978; Golding & Elliot, 1979; Gans, 1979), Wolf, faz uma distinção entre valores-notícia de seleção e valores-notícia de construção (2006:200). Os valores-notícia de seleção referem-se à decisão de escolher um acontecimento e dividem-se em dois subgrupos: critérios substantivos (importância e interesse da notícia) determinada por quatro variáveis: 1) Grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento, 2) Impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional, 3) a quantidade de pessoas que o acontecimento (de facto ou potencialmente), e 4) relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura de uma determinada situação, e os critérios contextuais (contexto da produção da notícia).

De entre os critérios substantivos, a importância de uma notícia destaca-se pelo



grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável, idêntico aos fatores apresentados por Galtung e Ruge (1965), “quanto mais o acontecimento disser respeito aos países de elite, tanto mais provavelmente se transformará em notícia; quanto mais o acontecimento disser respeito às pessoas de elite, mais provavelmente se transformará em notícia”<sup>63</sup>. Esta hierarquia facilita a tarefa dos jornalistas na avaliação da importância de um acontecimento e tem uma grande aplicabilidade na avaliação de muitos acontecimentos. Segundo Golding e Elliott (1979) a quantidade de pessoas que o acontecimento envolve é também um registo de relevância, ou seja, quanto maior for o número de pessoas envolvidas maior a relevância atribuída pelos jornalistas ao assunto noticioso, um efeito ampliado quando estão envolvidos nomes reconhecidos publicamente.

No campo dos valores-notícia de construção (linhas orientadoras que levam à construção do texto, ao realce ou omissão de um facto) destaca-se a simplificação, a amplificação, a relevância, a personalização, a dramatização e a consonância (Traquina, 2007:198-201). O conflito ou a controvérsia, o desvio ou a infração fazem parte dos critérios que Nelson Traquina designa de valores-notícia de seleção, que são os critérios influentes na decisão de escolher um evento com qualidades noticiáveis. Integram-se nos critérios substantivos, ou seja, aqueles que avaliam diretamente o acontecimento em termos da sua importância ou interesse noticioso (Traquina, 2007: 192-195).

O conflito ou a controvérsia representam a violência física ou simbólica, como uma disputa verbal entre líderes políticos, a infração, violação e transgressão das regras, ligado também ao escândalo ou ao desvio (Traquina, 2007:192). Ericson, Baranek e Chan (1987) identificaram a infração como valor-notícia, que aparece associado a um outro tipo de acontecimento importante para a comunidade jornalística – o escândalo (Traquina, 2007: 193) a que já nos referimos.

Para estes autores canadianos, a infração das leis, a má gestão, o mau comportamento de um funcionário tem noticiabilidade. Por isso, atribuem aos jornalistas uma função de policiamento da sociedade, em particular do Governo, em que o desvio e o crime requerem uma especial atenção, sendo a corrupção um dos principais focos. Traquina (2007:184). Estes aspetos pressupõem, segundo Stuart Hall (1984), uma estrutura profunda que não é visível ligada às noções consensuais sobre o funcionamento da sociedade que delimitam as fronteiras entre aquilo que é legítimo e o ilegítimo, a norma e o desvio. Daniel Hallin (1986) concebe o mundo do jornalista dividido em três regiões: a esfera do consenso, a

<sup>63</sup> Galtung e Ruge listam 12 valores-notícia: (1) amplitude, (2) frequência, (3) consonância, (4) significado, (5) continuidade, (6) carácter inesperado, (7) clareza, (8) composição/equilíbrio, (9) personalização, (10) negatividade, (11) referência a pessoas de elite e (12) referência a países de elite.



esfera da controvérsia (legítima) onde impera a objetividade, a neutralidade e o equilíbrio, e por último a esfera do desvio, em que os jornalistas quebram a neutralidade e rejeitam da agenda pública os valores que consideram marginais.

Os indivíduos ligados à vida política ou enquanto membros do Governo, de partidos políticos ou de facções são um alvo preferencial desse policiamento jornalístico, e por isso, são fulcrais na cobertura jornalística. Os jornalistas mobilizam-se no sentido de obterem revelações de informação que contribuam para o esclarecimento da opinião pública de questões que a afetam. Importante para esta tarefa, revela-se a liberdade de imprensa e a inexistência de ligações de dependência entre os *media* e os partidos políticos (Giglioli, 1996). A introdução de práticas de jornalismo investigativo, a liberdade de imprensa e a independência económica face aos poderes políticos e económico a partir dos anos oitenta do século passado em democracias europeias consolidadas, permitiu que os casos de corrupção começassem a tornar-se públicos com prejuízo para as elites políticas (Maia, 2010:31)

O caso de corrupção do *BPN* reuniu um conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos, tanto do ponto de vista da estrutura do trabalho nos órgãos de informação, como do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas para que tenha adquirido a existência pública de uma notícia. O caso pautou-se por vários critérios de noticiabilidade e enquadramentos reconhecíveis para ser noticiado. O conflito ou a controvérsia, o desvio ou a infração foram valores-notícias de seleção significativos que pesaram nas escolhas jornalísticas para que o acontecimento se tornasse noticiável.

### Metodologia

Este artigo insere-se no âmbito do projecto de investigação intitulado *Corrupção Política nos Media: uma perspetiva comparada* Ref<sup>a</sup>: PTDC/IVC-COM/5244/2012, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e alojado no Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIMJ), que estudou as perceções dos casos de corrupção nos *media* tradicionais e nas suas edições eletrónicas; nos estudos das redes sociais, nomeadamente em *blogs* políticos.

Através da análise da narrativa da imprensa do acontecimento conhecido como o caso *BPN*, assento em controvérsias e ainda não conclusivo nas instâncias judiciais, procurámos (re) compor o “enredo” à volta dos temas, personagens, e das ações e relações entre estas últimas. Trata-se de uma análise qualitativa de tipo descritiva-interpretativa da (re) construção da narrativa do caso *BPN*. Para a elaboração deste artigo fundamentamo-

-nos nos valores-notícia “conflito” ou a “controvérsia” como categorias estruturantes da notícia ligada à disputa entre os envolvidos no caso de corrupção, e o “desvio” ou a “infração” ligados ao próprio escândalo (Gitlin, 1980; Ericson, Baranek & Chan, 1987; Wolf, 2006; Traquina, 2007). Para esta análise iremos considerar algumas variáveis: o dia em que foi publicada a peça ao longo do ano, o nome da publicação, o título da peça, a descrição dos (principais) assuntos relacionados com o caso na primeira páginas e nas peças no interior do jornal. Por último, o nome do ator principal e o cargo exercido no *BPN* (e/ou *SLN*).

Intentamos responder à seguinte pergunta: *De que forma os valores-notícia do conflito/controvérsia e do desvio/infração estiveram presentes na construção da narrativa jornalística sobre o caso de corrupção BPN?* O *corpus* de análise incide sobre as notícias das primeiras páginas e páginas interiores dos jornais diários nacionais (*Diário de Notícias*, jornal *Público* e *Correio da Manhã*). Dado o volume do *corpus* entre 2015 e 2012 no âmbito do projeto, optámos por analisar o ano de 2009 por registar o maior número de peças.

### **Os valores-notícia conflito/controvérsia e o desvio/infração na narrativa jornalística do caso de corrupção *BPN***

O *BPN* (Banco Português de Negócios) foi criado em 1993 e vocacionado para a banca de investimentos. Em 1998, um anterior ministro da economia do atual Presidente da República, Cavaco Silva, assumiu a liderança e criou a Sociedade Lusa de Negócios (*SLN*), destinada a agregar os investimentos não financeiros do grupo. Para a *SLN* entraram vários ex-ministros e pessoas ligadas ao Partido Social Democrata (*PSD*). Este grupo comprou durante vários anos bancos e corretoras, não declarando essas operações no Banco de Portugal (*BdP*) nem clarificado a sua estrutura acionista. Em novembro de 2008, e após uma investigação judicial que incidiu sobre diversos agentes financeiros, o *BPN* foi nacionalizado devido às perdas acumuladas de 700 milhões de euros (Cunha & Serrano, 2014).

Investigações levadas a cabo pela polícia levaram à suspeita que foram praticados vários crimes, entre eles, burla qualificada, fraude fiscal, corrupção, branqueamento de capitais, no montante de 100 milhões de euros. Entre as muitas personalidades políticas ligadas ao *BPN* surge um conselheiro de Estado e ex-membros de anteriores governos do *PSD*. O caso *BPN* surge nos *media* em outubro de 2008, quando são conhecidas publicamente as dificuldades de liquidez do Banco, no âmbito da operação “Furacão”. José Oliveira e Costa é constituído arguido, e é detido preventivamente.

A 27 de novembro de 2008, foi anunciado numa reunião plenária da Assembleia da República, um pedido do Partido Popular (CDS-PP) para a constituição de uma comissão eventual de inquérito parlamentar à existência de uma falta grave na atuação do Banco de Portugal no exercício do seu poder de supervisão do sistema bancário no caso do *BPN*.

Em julho de 2009, Dias Loureiro é constituído arguido e acusado de fraude fiscal em dois negócios do grupo SLN, nomeadamente a venda da Biometrics (Porto Rico) e da Redal (Marrocos) e arguido na venda da Plêiade à SLN por receção de luvas. Durante este ano, o Ministério Público acusa 24 arguidos e Dias Loureiro renuncia ao caso de Conselheiro de Estado. José Oliveira e Costa é libertado em novembro de 2010 e em dezembro tem início o julgamento de Oliveira e mais 15 arguidos. Em janeiro de 2011, o Julgamento é adiado por falta de espaço na sala de audições e em janeiro de 2015, o julgamento de Arlindo Carvalho e Oliveira e Costa é adiado para dia 3 de fevereiro. Em outubro de 2015, Oliveira e Costa começa a ser julgado. Alguns processos de contra-ordenação contra os ex-gestores do *BPN* estão em risco de prescrição, exceto os que dizem respeito ao BdP e à CMVM, enquanto os processos-crime também demoram no Ministério Público e nos tribunais, segundo fontes da agência Lusa.

O ano de 2009 foi considerado o ano de maior pico das notícias sobre o caso *BPN* na imprensa e televisão (Lobo e Contreiras, 2015). A narrativa jornalística recorreu aos valores-notícia conflito/controvérsia e o desvio/infração que tende a dramatizar as ações dos protagonistas envolvidos no caso.

O jornal *Correio da Manhã* e o *Diário de Notícias* dão continuidade à “estória” mediática do *BPN* iniciada em 2008, logo no início de janeiro de 2009, e o jornal *Público* apenas dá continuidade a partir do mês de fevereiro.

No enquadramento da narrativa sobre o caso *BPN* ao longo de 2009 na imprensa, há um encadeamento entre as personagens envolvidas na “trama”, as relações estabelecidas entre elas, os ilícitos associados e as consequências das suas ações para o erário público.

Assim, iremos de seguida passar à análise da narrativa jornalística considerando os valores-notícia de seleção conflito/controvérsia e o desvio/infração, enquanto categorias dominantes na descrição da “estória”, e tendo em conta os fragmentos que os configuram: 1) o conflito entre personagens (relações entre elas), 2) acusações, 3) denúncias, 4) suspeitos e envolvidos (protagonistas), 5) ilícitos, 6) burla, 7) fraude, 8) irregularidades (na supervisão).

O *Diário de Notícias* começa por fazer manchete na edição do dia 09/01/2009: “Ex-presidente do *BPN* não pode falar com o filho e a nora”. Oliveira e Costa ex-presidente do *BPN* encontra-se nesta altura em prisão preventiva e é um dos principais suspeitos no

caso de corrupção do *BPN*. No dia 11/01/2009, este jornal faz uma chamada de primeira página: “Ex-gerente do *BPN* acusado de burla” ao referir-se a um ex-gerente do *BPN* – José Manuel Gama Pereira, que até final de 2008 tinha gerido o banco do Centro Comercial das Amoreiras, e que é acusado de burla de cerca de seis milhões de euros. Quem o denuncia é o empresário Joaquim Sousa Lima que coopera com o Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP), que recebeu queixa do empresário Joaquim Sousa Lima. O Bancário oferecia rendimentos de 30% a quem investia em *offshores*. O ex-gerente foi alvo de uma queixa-crime por oferecer rendimentos de 30% a quem investia em *offshores*. No dia 14/01/2009, em grande destaque o DN titula “Ex-administrador do *BPN* colabora com MP”. Aqui entra a personagem António Franco, um ex-administrador de Operações do banco e braço direito de Oliveira e Costa, que coopera com o Ministério Público no apuramento das responsabilidades pelo ‘buraco’ nas contas. No dia 27/01/2009 é revelado no DN o relatório “Estado da Nação” elaborado por António José Duarte, economista e assessor da administração de Oliveira e Costa. Este relatório dá conta da situação do *BPN* e só chegou ao conhecimento da administração da SLN depois de primeiro ter sido entregue ao Banco de Portugal, no âmbito de audições realizadas.

No dia 28/01/2009, o *Diário de Notícias* dá um grande destaque à ida de Dias Loureiro (ex-Conselheiro de Estado do Presidente da República, Cavaco Silva ao Parlamento) para prestar declarações sobre o caso *BPN*, “Dias Loureiro diz que estava «perdido» na gestão do *BPN*”. Há por parte de Dias Loureiro uma desculpabilização na gestão do *BPN*, mas sobre ele recai a suspeita de branqueamento de capitais, burla qualificada e falsificação (DN:15/03/2009). Neste processo, o Banco de Portugal (BdP) também é visado, por ter ignorado os sinais que apontavam para irregularidades no *BPN*, escreve o jornal numa chamada de primeira página “Banco de Portugal avisado sobre *BPN*”.

No dia 19/03/2009, Oliveira e Costa é notícia em manchete no *Diário de Notícias*, que o denuncia como estando ligado a vários casos que estão sob investigação e que dizem respeito à sua gestão enquanto Presidente do banco *BPN*. A narrativa jornalística destaca as infrações cometidas pelo Presidente “Presidente do *BPN* pagava contas ao fisco com contas de clientes”. O banqueiro é suspeito de ter desviado um milhão de euros para colocar numa conta na Suíça, e de ter um saldo pessoal de 9 milhões no Banco Insular através de uma conta secreta denominada <A1>. Outras suspeitas de ilícitos dão conta de contratos de recompra de ações a certos acionistas também estão sob investigação. Ainda neste dia, o jornal noticia outras infrações verificadas no decorrer da investigação ao caso *BPN*, que foram reveladas durante a primeira audição da comissão Parlamentar “Falhas nas atas da empresa SLN reveladas na Comissão Parlamentar”.

Já no dia 16/04/2009, uma outra infração relacionada com as contas do grupo *BPN* (SLN) “Rasto de lucro na venda de prédio dos CTT no *BPN*”, é questionado no *Diário de Notícias* – o que aconteceu a um milhão de euros em notas levantado num banco da Batalha, no mesmo dia em que um prédio dos CTT foi comprado por 15 e revendido por 20 milhões de euros? Foi para tentar esclarecer este dado que a Polícia Judiciária vasculhou contas sedeadas no Banco *BPN* em Caimão e no Banco Insular (Cabo Verde). O *DN* posiciona a Polícia Judiciária na ação do *BPN*, “Judiciária procura dinheiro no Insular”. No dia 18/04/2009, o jornal faz referências às relações de amizade que envolvem o procurador João Palma com Dias Loureiro “O procurador das pressões que vai à caça com Dias Loureiro”.

Uma chamada de primeira página no dia 05/05/2009 abre um *conflito* entre deputados e Dias Loureiro “Dias Loureiro mantém versão na AR”. Deputados querem que Dias Loureiro explique contradições entre as suas declarações de janeiro e os factos posteriormente apurados sobre o seu papel na resolução da situação da Biometrics, a empresa tecnológica de Porto Rico na Comissão de inquérito no Parlamento. O Conselheiro de Estado garantiu ao *DN* manter a substância de tudo o que disse, e que vai fazer apenas precisões de datas e nomes.

No dia 23/05/2009, o *DN* faz manchete com “Dias Loureiro não comenta”. Depois de conhecer os depoimentos das cerca de três dezenas de personalidades ouvidas na comissão de inquérito ao caso *BPN*, Dias Loureiro, escreveu a dizer querer “exercer o seu direito ao contraditório”. Garantiu colaborar com os deputados “em tudo o que não colidir com o seu estatuto de arguido”. Na comissão de inquérito do dia 27 de Maio, Oliveira e Costa entra em conflito com Dias Loureiro e o jornal faz manchete “Dias Loureiro cercado: Oliveira e Costa arrasa Dias Loureiro. Problemas de ego, ameaças, foram algumas das palavras do ex-presidente do *BPN* sobre o atual Conselheiro de Estado, ao que Dias Loureiro respondeu “Nunca esperei que dissessem bem de mim”. Nesta altura, Dias Loureiro é obrigado a demitir-se do cargo de Conselheiro de Estado e pede para ser ouvido pela Procuradoria-Geral da República. Este momento é descrito em chamada de primeira página no dia 28/05/2009.

Ainda no dia 28/05/2009, António Marta, ex-governador do Banco de Portugal mostrou-se colaborante. A chamada de primeira página revela “António Marta disponível para voltar ao Parlamento”, em que diz ter sido sonegada muita informação pela própria instituição (*BPN*).

As irregularidades do Banco de Portugal foi outra das negligências apontadas neste processo. À medida que o tempo vai passando, mais irregularidades e denúncias

são acrescentadas à “estória”. Abre-se um conflito institucional baseado em acusações na falha na Supervisão do BdP, com o Partido Socialista a alinhar nas críticas à supervisão do BdP ao *BPN*. Os socialistas descrevem-na como uma ação negligente, mas a oposição (PSD) prefere apontar “falha grave”. É pedida a demissão de Vítor Constâncio (na altura, governador do Banco do Portugal). Mais tarde no dia 09/06/2009, Vítor Constâncio vai ao Parlamento, na segunda audição, dizer que não se demite, ao mesmo tempo que acusa o ex-Procurador Geral da República – Souto Moura.

No dia 30/05/2009, outro conflito institucional. O *DN* dá um grande destaque em título “Declarações de Vital dividem socialistas”. Vital Moreira indigna PSD e divide os socialistas e o caso *BPN* veio “incendiar” a campanha para as eleições de 7 de junho de 2009. A “estória” prossegue e a 02/06/2009, o *Diário de Notícias* em chamada de primeira página, retoma o tema do prejuízo financeiro e da possibilidade da venda do banco. A Administração fechou as contas de 2008 com um buraco financeiro de 1,6 milhões, prejuízos de 575 milhões, de um total de 2,5 milhões de euros injetados pela Caixa Geral de Depósitos (CGD) no *BPN*.

O *Diário de Notícias* ao longo do ano de 2009, centrou a narrativa do *BPN* essencialmente no *conflito* entre alguns dos suspeitos da fraude financeira com troca de acusações revelando o nome dos protagonistas, como também enfatizou o discurso no conflito institucional. Dias Loureiro foi o personagem mais visado na “trama” da “estória” e acompanha Oliveira e Costa. A nível institucional o BdP, foi o maior alvo das críticas. Nuno Melo que liderou a investigação ao caso *BPN* um dos “episódios” da audição parlamentar a dizer “Ninguém tenha dúvida de que a maior parte do caso *BPN* está por apurar”. O jornal *Público*, dá início à “estória” do *BPN*, no dia 04/02/2009. A infração/desvio marca a manchete deste dia “Buraco” do *BPN* já atinge mais de metade de custo do novo aeroporto”. À semelhança do *Diário de Notícias*, este jornal também enfatiza as perdas no *BPN*, que atingem os 1800 milhões de euros. No dia 15/02/2009, o conflito também está presente no título “Partidos querem novo Loureiro no parlamento”. Dias Loureiro volta ao Parlamento para explicar contradições nos negócios do *BPN* por requisição do CDS-PP e do BE.

No dia 18/02/2009, Dias Loureiro faz a chamada de primeira página, “Carta dirigida a Dias Loureiro pedia 33 milhões”. Dias Loureiro recebeu carta de Porto Rico a pedir pagamentos. A carta foi enviada em 2002 e solicitava ao então gestor executivo da SLN que procedesse à transferência de verbas. O *BPN* assume mais tarde o buraco de Porto Rico. A 21/02/2009, novo episódio envolve milhões. O jornal *Público* avança com

chamada de primeira página que “Número dois do *BPN* saiu com 690 mil milhões” de indenização. Refere-se Luís Caprichoso, então administrador da Sociedade Lusa de Negócios (SLN). Este título tem uma conotação valorativa negativa, já que Luís Caprichoso foi o braço direito de Oliveira e Costa, um dos principais suspeitos de corrupção no caso.

No dia 04/03/2009, “Dias Loureiro é desmentido de novo na AR”. Está latente um conflito cheio de contradições e acusações de parte a parte. Oliveira e Costa aparece novamente em grande destaque no dia 27/04/2009, “Caso *BPN*: Oliveira e Costa acusa Dias Loureiro de mentir”. A 28/04/2009 é apresentada a demissão de Dias Loureiro do Conselho de Estado. Vital Moreira, a personagem que entra na “estória” no decorrer da campanha para as eleições europeias de 2009, para agitar o caso *BPN* (30/04/2009). No dia 02/06/2009, mais um conflito marca a narrativa do caso *BPN*. É através de manchete, que o jornal *Público* diz que “PS insiste na ligação entre caso *BPN* e o PSD”. A 04/06/2009, a personagem Duarte Lima entra no “enredo”. O jornal titula “Líbrios representados por Duarte Lima tentaram comparar o *BPN*”. Vítor Constâncio recusa-se a demitir e não admite ter falhado a supervisão. É chamada de primeira página no dia 09/06/2009. Dias Loureiro é novamente manchete no dia 02/07/2009 por ter dito na audição parlamentar que viu documentos relacionados com a empresa Biometrics que nunca tinha visto. O desvio/ infração aparece novamente numa chamada de primeira página no dia 03/07/2009, com a SLN a falhar acertos de contas com clientes do *BPN*. O conflito da “estória” continua, desta vez com Vítor Constâncio a defender-se dizendo que as conclusões da comissão de inquérito do *BPN* “não são credíveis nem objetivas”. O governador do BdP admitiu que a supervisão não foi perfeita e acusou os deputados de pessoalizarem a investigação.

Novas personagens vão surgindo à medida que as investigações prosseguem. Arlindo Carvalho, ex-ministro da saúde também entra na “estória” e viu a sua casa alvo de buscas judiciais, e foi inquirido no âmbito do processo. África é outro dos cenários da “estória” com o título “Ex-presidente do Congo tinha 1,7 milhões no *BPN*”. A conta foi detetada durante o arresto de bens do político, requerido pelo Tribunal Penal Internacional.

A menção de escândalo ao caso *BPN* surge em manchete no dia 02/11/2009 com o título “*BPN* continuou a dar prendas ao poder nas vésperas de o escândalo rebentar”.

O jornal *Público* centrou a narrativa do *BPN*, nas mesmas personagens que o jornal *Diário de Notícias* referenciou: Oliveira e Costa, Dias Loureiro, Vítor Constâncio. As irregularidades na supervisão do banco por parte do BdP, e as menções aos montantes dos prejuízos causados pela fraude, foram os argumentos mais utilizados na descrição da narrativa.



No *Correio da Manhã*, a narrativa do *BPN* começa no dia 07/01/2009 com acusações “Cadilhe acusa ex-gestor do *BPN*”. O silêncio de Oliveira e Costa é denunciado pelo *CM* no dia 14/01/2009 “Oliveira e Costa em silêncio e de aliança” quando entrou para a audição parlamentar. O jornal fala dos sorrisos para os seus advogados e do olhar arrogante para um deputado do PCP. Enquanto no jornal *Público*, Luís Caprichoso é apresentado como tendo saído do *BPN* com 690 milhões, no *Correio da Manhã*, o título é mais sugestivo em relação a João Rocha (ex-presidente do Sporting) “João Rocha pede indemnização de 9,4 milhões”, alegando ter sido prejudicado na empresa de que era gerente – A Sky Holding Limited.

O jornal continua a relatar os acontecimentos à semelhança do *Diário de Notícias* e *Correio da Manhã*, mas o tom é mais depreciativo. No dia 28/01/2009, noticia que “Dias Loureiro perdido na gestão do *BPN*”, alegando não ter tarefas em lado nenhum. A referência ao buraco financeiro de 1,8 milhões de euros também é assinalada. No dia 05/02/2009, “Oliveira e Costa mandou calar investidores” é chamada de primeira página. O “enredo” prossegue à volta de Oliveira e Costa, da prisão, da acumulação de cargos de pessoas ligadas a empresas do grupo *BPN/SLN*, pelas transações obscuras entre empresas e a *SLN*. O desvio/infração é assinalado no título “Gestor do *BPN* burla vice do Benfica”. O vice-presidente do Benfica é Mário Dias que ficou sem 900 mil euros na sua conta. Entretanto o ex-gerente do balcão das Amoreiras desaparece. A questão do “buraco de Porto Rico”, assumido por uma *offshore* a compra da empresa Biometrics, são outros momentos que marcam o mês de fevereiro no *CM*.

A 10/03/2011, o *CM* dá conta do estado de saúde de Oliveira e Costa. O antigo presidente do *BPN* deu entrada no Hospital de Caxias para realizar um exame médico. Saúde débil fundamentou alteração da medida de coação. Mais à frente, no dia 31/03/2009, o gestor do balcão de Gondomar – Artur Alho foge para Espanha e é manchete, acusado de desfalque de 2,5 milhões. Arlindo Carvalho também é referido no *CM*, em chamada de primeira página. O ex-ministro da saúde aparece ligado à Herdade da Miséria em Lagos da qual detém 50% de capital, mas o dono oficial é a *SLN*. “José Sócrates é informado por Oliveira e Costa”, é o título do dia 03/04/2009. Ata de 2007 entregue à Comissão de inquérito parlamentar revela que o Executivo e o Banco de Portugal conheciam a situação financeira do *BPN*.

No dia 16/04/2009, o *CM*, refere-se a uma “Disputa judicial por terrenos do *BPN* em Alcochete” dá origem a uma queixa-crime. António Capucho (na altura presidente Câmara de Cascais) intervém no caso *BPN* ao incitar Dias Loureiro a sair do Conselho

de Estado, o que deixa embaraçado o Presidente da República. Também considera que a imagem e a credibilidade do primeiro-ministro José Sócrates são decadentes por causa do caso *Freeport*. O conflito vem ainda refletido no *CM* pela mão dos partidos que querem Dias Loureiro fora do Conselho de Estado (06/05/2009). Os prejuízos causados pelo *BPN*, a abertura de processos a ex-quadros do *BPN*, os negócios ruinosos de milhões, os contratos feitos com figuras públicas pagos através de *offshores*, as revelações de Oliveira e Costa, e a investigação a Dias Loureiro, foram as “estórias” que fizeram a narrativa jornalística durante o mês de maio de 2009. Em Junho, a cultura e o desporto também entram na narrativa “Obras de Arte desviadas do *BPN*” e “*BPN* paga 1,7 milhões a Scolari”.

Maio e junho foram os meses mais intensos na narrativa jornalística do *CM*, com Dias Loureiro, Vítor Constâncio, Oliveira e Costa, Miguel Cadilhe e Arlindo Carvalho como os protagonistas. Os assuntos expostos assumem a mesma perspetiva que o *Diário de Notícias* e o *Público*. Buraco financeiro, *offshores*, venda de bens da mulher de Oliveira e Costa, os lesados do *BPN*, os arguidos, as buscas a várias casas, as denúncias de Oliveira e Costa, as burlas, o desespero dos clientes e por fim as acusações.

Já perto dia 19/11/2009, o *CM*, faz uma chamada de primeira página “Oliveira e Costa acusado” Despacho do MP aponta para mais de dez suspeitos. Família oliveira e costa acusada no caso *BPN*. Ex-presidente do banco responde por sete crimes e colabora com a investigação. É acusado de burla, fraude, falsificação, infidelidade ou abuso de confiança. No dia 25/11/2009, é revelado os milhões desviados do *BPN*, 9,7 mil milhões e no dia 14/12/2009, a SLN exige uma indemnização a Oliveira e Costa.

### Considerações finais

Os *media* são o palco privilegiado de exposição do campo político onde são denunciadas as transgressões de valores, normas ou códigos morais (Thompson, 2002:91). A vigilância da ação dos governantes, a discussão de políticas públicas e a transmissão de informação política aos cidadãos conferem aos *media*, um papel central na mediação social e na criação de um espaço de debate para a formação de opinião pública. O “conflito” enquanto valor-notícia de seleção faz parte da visão partilhada pelos jornalistas que privilegia uma visão bipolar de um mundo estruturado em polos opostos: o bem e o mal, o pró e o contra etc. (Traquina, 2007, p. 158). A comunidade interpretativa dos jornalistas tem tendência para estruturar os acontecimentos em torno dos indivíduos e a personalizar os acontecimentos. O drama, a polémica e o conflito fazem parte da forma como se relatam as notícias.

Nos jornais analisados, o caso *BPN* foi uma parte significativa da estrutura de substância da narrativa ao longo do ano de 2009. Os valores-notícia conflito/controvérsia, desvio/infração foram constantes na descrição dos temas, assuntos e protagonistas. Fizeram parte do “enredo” políticos, ex-governantes, gestores e empresários que formaram o quadro explicativo das ações e relações entre os indivíduos. Esta forma de abordagem informativa, pode levar a que as pessoas se interessem em acompanhar a “estória”, uma vez que o encadeamento dos assuntos desperta e prende a atenção. Os atores (envolvidos) passam a representar um papel que lhes é atribuído pelo palco dos *media*.

### Referências Bibliográficas

- Arlachi P. (1995) The Mafia, Cosa Nostra, and Italian Institutions In: Sechi, S. (Ed.) *Deconstructing Italy, Italy in the Nineties*. Berkeley: University of California, International and Area Studies, Research Series, 153-163.
- Castells, M. (2009) *Comunicación, poder y contrapoder en la sociedad red. Los medios y la política*. Madrid: Alianza.
- Cunha, I. F. & Serrano, E. (Coords.) (2014) *Cobertura Jornalística da Corrupção Política: sistemas políticos, sistemas mediáticos e enquadramentos jurídicos*. Lisboa: Alêtheia. ISBN: 978-989-622-620-6.
- Cunha, I. F. (2015a) Media e padrões da corrupção política: os casos Freeport e Face Oculta. *Revista Media & Jornalismo*, 26 (14)1.
- Cunha, I. F. (2015b) Agenda da corrupção política nos media portugueses: a imprensa como estudo de caso In: *36º Encontro Anual da Anpocs GT 21 – Mídia, política e eleições*, disponível em [http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=8078&Itemid=76](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8078&Itemid=76)
- Ericson, R, Baranek, P. & Chan, J. (1987) *Visualizing Deviance: A Study of News Organization*. Toronto: University of Toronto Press/ Open University Press.
- Filgueiras, F. & Araújo, M. M. (2014) A Política Anti-corrupção e o Marco Legal no Brasil In: Cunha, I.F. & Serrano, E. (Coords) *Cobertura Jornalística da Corrupção Política: sistemas políticos, sistemas mediáticos e enquadramentos jurídicos*. Lisboa: Alêtheia 57-107. ISBN: 978-989-622-620-6.
- Galtung, J. & Ruge, M. (1965) The Structure of Foreign News: The Presentation of The Congo, Cuba and Cyprus in Four Foreign Newspapers. Oslo: International Peace Research Institute. *Journal of Peace Research* 2: 64-90.
- Gans, H. J. (2005) *Deciding What's News: A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek, and Time*. Evanston, Illinois: Northwestern University Press.

- Giglioli, P. P. (1996) La corrupción política y los medios de comunicación. El caso de. Tangentópolis. *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, 149.
- Gitlin, T. (1980) *The whole world is watching: mass media in the making and unmaking of the new left*. Berkeley/Los Angeles/Londres: University of California Press.
- Golding, P. & Elliott, P. R. C. (1979) *Making the News*. London: Longman.
- Hall, S. (1984) The Narrative Construction of Reality: An Interview. *Southern Review* 17 (1): 4.
- Hallin, D. (1986) *The Uncensored War*. Berkeley: University of California Press.
- Heidenheimer, A. J. & Johnston, M. (Coords.) (2002) *Political Corruption: Concepts & Contexts*. (3ed.). New Jersey: The State University.
- Huntington, S.P. (1975) *A ordem política nas sociedades em mudança*. São Paulo: EDUSP.
- Lobo, M. & Contreiras, P. (2015) A Mediatização da Corrupção Política: O agendamento do caso BPN na imprensa e na televisão. Coimbra: *IX Congresso da SOPCOM*, 12 a 14 de novembro.
- McCombs, M. & Shaw, D. (1972) The Agenda-Setting Function of Mass Media. *Public Opinion Quarterly*, 36 (2): 176-197.
- Maia, A. (2008) *Corrupção: Realidade e Percepções – o papel da imprensa*. Tese de Mestrado. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Maia, A. J. (2006) *Representações sociais da corrupção em Portugal — contributo para o seu conhecimento*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Humanas (www.bocc).
- Maia, A. J & Borges, H. (2014) Prevenir e Reprimir a Corrupção Política em Portugal – Evolução do Quadro Legal In: Cunha, I. F. & Serrano, E. (Coords.) (2014) *Cobertura Jornalística da Corrupção Política: sistemas políticos, sistemas mediáticos e enquadramentos jurídicos*. Lisboa: Alêtheia. ISBN: 978-989-622-620-6.
- Mesquita, N. C., Moisés, J. A. & Rico, B. (2014) As diferentes Dinâmicas da Corrupção: Mídia, Percepção e Instituições no Contexto Brasileiro In: Cunha, I.F & Serrano, E. (Coords.) (2014) *Cobertura Jornalística da Corrupção Política: sistemas políticos, sistemas mediáticos e enquadramentos jurídicos*. Lisboa: Alêtheia, 283-316. ISBN: 978-989-622-620-6.
- Nye, J. (1967) Corruption and Political Development: A Cost-Benefit Analysis. *American Political Science Review*, 61 (4).
- Paixão, B. (2014) Os Media como Indústria do Escândalo Político. *V Seminário Internacional do CIMJ – Media, Democracia e Cidadania na era Digital*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Porta, D. & Mény, Y. (Org.) (1995) *Democracia e Corrupção na Europa*. Lisboa: Editorial Inquérito.

- Pujas, V. (1999) *Les Scandales Politiques en France, en Italie et en Espagne: Constructions, Usagens et Conflits de Légitimité*. Florence: European University Institute.
- Rose Ackerman, S. (2002) *Corrupção e Governo*. Lisboa: Prefácio
- Schlesinger, P. (1978/1993) Os Jornalistas e a sua Máquina do Tempo In: Traquina, N. (Org.) *Jornalismo, Questões e “Estórias”*. Lisboa: Vega.
- Thompson, J. B. (2002) *O escândalo político: poder e visibilidade na era mídia*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Tumber, H. & Waisbord, S. (Org.) (2004) Introduction: Political Scandals and Media Across Democracies. *American Behavioral Scientist*, 1(47):1031-1039.
- Wolf, M. (2006) *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.

### **Artigos de Imprensa**

- Cadilhe, M. (2012, 15 de Maio). PGR poderia ter aberto investigação a falhas de supervisão do Banco de Portugal. *Jornal de Notícias online*. Disponível em [http://www.wjn.pt/PaginaInicial/Economia/Interior.aspx?content\\_id=2522056](http://www.wjn.pt/PaginaInicial/Economia/Interior.aspx?content_id=2522056)

### **Jornais Consultados:**

- Jornal *Diário de Notícias*, ano de 2009
- Jornal *Público*, ano de 2009
- Jornal *Correio da Manhã*, ano de 2009